



CPCJ

ARMAMAR

COMISSÃO DE
PROTECÇÃO
DE CRIANÇAS E JOVENS

PLANO ANUAL DE INTERVENÇÃO 2026

O **Plano Anual de Intervenção** pretende definir atividades a desenvolver ao longo de 2026, constando também o respetivo cronograma, coordenadores da atividade, parcerias e previsão de recursos logísticos/materiais e financeiros.

O presente documento pretende responder a problemáticas identificadas no Diagnóstico da Atividade Processual da Modalidade Restrita da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Armamar do ano de 2025.

O Plano será monitorizado em cada reunião de Modalidade Alargada, sendo que os diferentes representantes farão uma apreciação das atividades propostas e desenvolvidas, podendo este ser reajustado de acordo com as necessidades identificadas no decorrer da intervenção ou quando identificadas outras problemáticas que exijam uma intervenção a curto prazo.

Tipologia de Risco a Intervencionar	Objetivos Gerais	Atividades	Cronograma												Coordenação da Atividade	Parcerias	Previsão de Recursos	
			J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D			Logística/ Material	Financeiros
- Sujeição da criança e jovem a maus-tratos físicos e psíquicos ou a abusos sexuais; - Sujeição da criança a atos de negligência (falta de cuidados adequados); - Jovens que assumem comportamentos hostis/agressivos entre pares (Bullying). - Falta de cuidados e afeição adequados à idade e situação pessoal da criança/ jovem; - Sujeição da criança/ jovem a modelos de comportamento que afetam a sua segurança e/ou equilíbrio emocional; - Assunção, por parte da criança/ jo.vem, de comportamentos ou entrega a atividades ou consumos que afetam gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais/ cuidadores se lhes	- Consciencializar a comunidade e as famílias para a realidade dos maus-tratos diretos e/ou indiretos que atingem as crianças e jovens; - Provocar a necessidade de intervir para sinalizar, pedir ajuda e/ou mudar comportamentos relativos à problemática inerente às várias formas de violência infantil; - Refletir sobre as políticas institucionais para combater o bullying.	Atividades do Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância - Afixação do outdoor de sensibilização na sede do concelho – “Serei o que me deres... Que seja amor” - Afixação dos laços azuis e da história nas diversas entidades parceiras (desafio às Juntas de Freguesia para aderirem à iniciativa); - Operação Laço Azul; - Exploração de literatura alusiva ao tema e trabalho de expressão plástica na comunidade escolar; - Laço humano.												Manuela Braga Pedro Vicente	Município			
																GNR		
																Agrupamento de Escolas	Material de papelaria diverso	100€
																USF		
																UCC	Outros	
																Bombeiros		
																Juntas de Freguesia		
																Outros parceiros		
																Município		
																Associação de Pais	Material de papelaria diverso	
																Agrupamento de Escolas	Espaço físico	500€
																Oradores externos	Divulgação	
																Outros parceiros	Outros	

oponham de modo adequado a
remover essa situação.

[illegible]

- Sujeição da criança/ jovem a modelos de comportamento que afetam a sua segurança e/ou equilíbrio emocional; - Sujeição da criança/ jovem a maus-tratos físicos e/ou psíquicos.	Promover a compreensão de relações saudáveis baseadas no respeito, cuidado e proteção, sensibilizando crianças e jovens para reconhecerem comportamentos violentos e saberem pedir ajuda quando necessário.	“Crescer em Segurança: Respeitar é Cuidar”						X		Manuela Braga Pedro Vicente	Município	Agrupamento de Escolas	Material de papelaria diverso	150€
		Dinâmica sobre a temática da violência doméstica para a comunidade escolar.									GNR	Divulgação		
											EIVL	Outros		
											Outros parceiros			
Falta de valorização e/ou de cumprimento adequado dos direitos das crianças.	Sensibilizar cuidadores e a comunidade em geral para os direitos das crianças	Comemoração do Dia Internacional dos Direitos da Criança – 20 de novembro						X		Ana Igreja Cristiana Monteiro Manuela Braga	Município		Material diverso	100€
											Outros parceiros			
Escassa participação das famílias na vida escolar e lúdica das crianças e jovens.	Identificar os interesses, motivações e dificuldades das famílias na participação na vida escolar e lúdica dos seus filhos, de modo a compreender fatores que influenciam o envolvimento familiar e orientar estratégias que promovam uma relação mais próxima entre a escola/ entidades e família. Fortalecer a cooperação interinstitucional, com vista a clarificar e reforçar o papel e as responsabilidades de cada entidade no sistema de proteção.	Diagnóstico sobre os interesses/ motivações/ dificuldades das famílias na participação na vida escolar e lúdica dos seus filhos	X	X	X	X	X	X		Emília Costa Marisa Silva	Município	Associação de Pais	Material de papelaria diverso	0€
											Agrupamento de Escolas	Divulgação		
											Outros parceiros			
Falta de articulação e clareza sobre as funções que cada entidade desempenha na CPCJ, dificultando uma intervenção eficaz.	Fortalecer a cooperação interinstitucional, com vista a clarificar e reforçar o papel e as responsabilidades de cada entidade no sistema de proteção. - Conhecer a realidade infantojuvenil local,	Reuniões entre Comissão Nacional e as entidades com assento na CPCJ						X		Ana Igreja Cristiana Monteiro	Município	Comissão Nacional	Material diverso	0€
											Entidades da CPCJ			
											Outros parceiros			
										Ana Igreja	Comissão Nacional			

reunindo dados qualitativos e quantitativos sobre crianças, jovens, famílias e atores da comunidade;	Atualização do Diagnóstico e Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens Armamar 2026-2029	Cristiana Monteiro			Rede Social		
- Identificar fatores de risco e de proteção que influenciam o bem-estar, desenvolvimento e direitos das crianças e jovens no território;					Agrupamento de Escolas		
- Auscultar a comunidade local, nomeadamente crianças e jovens, famílias, entidades públicas e parceiras, para obter uma visão integrada e participada da realidade;					GNR		
- Estruturar e definir ações estratégicas e operacionais para promover e proteger os direitos das crianças e jovens;					Município		
- Promover a parentalidade positiva e responsável					UCC Terras do Douro	Material de papelaria diverso	0€
					Segurança Social	Divulgação	
					IEFP	Outros	
					Associação de Pais		
					Outras		

Aprovado na reunião da CPCJ de Armamar, Modalidade Alargada de 29 de janeiro de 2026.

A presidente da CPCJ de Armamar,

